

DO CURRÍCULO PÓS-ESTRUTURALISTA AO EMPODERAMENTO FEMININO INFANTIL

Letícia Colusso Poerschke ¹
Hênia Locks ²

RESUMO

Assim como correntes feministas, o pós-estruturalismo tem como característica singular a desconstrução de ideias. Dentro do período pós-estruturalista, existem as teorias pós-críticas que trazem consigo categorias conceituais, como Multiculturalismo, Gênero, Sexualidade, Raça, Etnia, Diferença e Subjetividade, que problematizam o meio social e educacional provocando o empoderamento infantil. Desta forma, pretende-se com esse trabalho fazer o confronto do quadro de teorias críticas e pós-críticas para a compreensão do que melhor se encaixa quando visamos o desenvolvimento do empoderamento, além de identificar as teorias do currículo que se encaixam com a visão de empoderamento e, por fim, sustentar a necessidade do trabalho pós-estrutural no meio educacional. Este é um artigo realizado a partir de pesquisa bibliográfica, ou seja, desenvolvido por meio de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e/ou teses, consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. Busca-se com esse artigo estabelecer um vínculo entre o pós-estruturalismo e o empoderamento feminino infantil, trazendo em sua amplitude temática a comparação entre duas teorias do currículo – teorias críticas e pós-críticas – e a sustentação da necessidade do trabalho pós-estrutural no meio educacional.

Palavras-chave: Pós-estruturalismo, Currículo, Empoderamento, Escola.

INTRODUÇÃO

Ao assumir uma grande dimensão nos últimos anos, o empoderamento feminino trouxe consigo alguns questionamentos para com a sociedade atual, dentre eles, indagações sobre questão salarial, valorização profissional, liberdade, respeito e empoderamento.

A falta de valorização em múltiplos aspectos fez com que mulheres do mundo todo se juntassem e trouxessem consigo uma força batizada de empoderamento, maneira que elas encontraram para dizer que estavam de pé na batalha contra o machismo, a misoginia e todo e qualquer tipo de preconceito já sofrido por elas.

“Em nosso dia-a-dia, o empoderamento feminino vem como um movimento de busca e conquista da autonomia da própria mulher, não existindo a possibilidade de outra pessoa buscar e conquistar em seu lugar” (SARDENBERG, 2006, p. 2).

Entendendo essa fase feminista como uma fase de conquistas para mulheres de diferentes fisionomias, religiões, orientações sexuais e idades, é visto a importância do

¹ Graduada pelo Curso de Educação Física da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, leticia.colusso.p@hotmail.com;

² Professor orientador: mestre, Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, helocks@hotmail.com, (83) 3322.3222

trabalho de empoderamento também durante a infância, para que esta corrente de autodeterminação e autonomia se fortaleça e perdure. Para tanto, é encontrado dentro do período Pós-estruturalista, alguns suportes que colaboram com esta linha de pensamento – um pensamento de desconstrução e criticidade. “A expressão teorias pós-críticas é utilizada para se referir às teorias que questionam os pressupostos das teorias críticas, (...) discussões em que as conexões entre currículo, poder e ideologia são destacadas” (LOPES, 2013).

Buscou-se com esse artigo estabelecer um vínculo entre o pós-estruturalismo e o empoderamento feminino infantil, trazendo em sua amplitude temática a comparação entre duas teorias do currículo – teorias críticas e pós-críticas – e a sustentação da necessidade do trabalho pós-estrutural no meio educacional.

Dois tópicos serão abordados ao longo do trabalho – pós-estruturalismo e empoderamento. Dentro do primeiro tópico será feita a relação de dois períodos históricos, um baseado em Marx e outro em Foucault, assim será possível entendermos o reflexo desses grandes nomes nas teorias do currículo e assim, o vínculo que o período pós estruturalista permite fazer com o empoderamento feminino. No segundo tópico, há uma breve história sobre o empoderamento e sua importância nesta sociedade patriarcal, machista e misógina.

METODOLOGIA

Esse artigo foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, ou seja, foi desenvolvido por meio de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e/ou teses.

Segundo Boccato (2006, p. 266), “Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica”.

Esse trabalho consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. Dessa forma a sistematização na coleta das informações, a seleção dos artigos de excelência, a identificação dos problemas metodológicos e a comparação com outros trabalhos foi facilitada.

DESENVOLVIMENTO

O período pós-estruturalista vem investigar para desconstruir. Essa investigação tem como alvo a desconstrução de saberes produzidos culturalmente. Portanto, a grande intenção pós-estrutural é a quebra dos pré-conceitos e julgamentos, para a diminuição da exclusão das minorias.

O pós-estruturalismo "(...) faz a crítica do sujeito centrado, autônomo e universal (do modernismo e do humanismo); aquele sujeito que ao longo da história, teve o reconhecimento, a representação positiva e o privilégio social: homem, branco, ocidental, cristão, burguês, masculino, heterossexual". (FURLANI, 2016, p. 49)

O pós-estruturalismo não se manifesta como algo ocluso e próprio, ele torna-se visível como um meio de reanalisar as teorias críticas do período estruturalista, desconstruindo alguns conceitos tidos como verdades absolutas.

Segundo AGUILAR e GONÇALVES (p.37, 2017) "O pós-estruturalismo surge como uma forma de repensar e reanalisar as teorias estruturalistas instaurando uma desconstrução de alguns conceitos considerados como verdades absolutas e centrais."

Portanto, ao discutirmos o empoderamento feminino na infância, o pós-estruturalismo de Foucault, Derrida e Hall oferece um embasamento argumentativo e teórico vasto e denso, que oportuniza um leque de discussões acerca das diferenças, da desconstrução, dos poderes, da multiculturalização e das identidades na escola e, também, no currículo escolar.

Encontra-se dentro do currículo escolar as bases estruturais para a construção de uma educação baseada em teorias de aprendizagem, proposições metodológicas e procedimentos pedagógicos. Os currículos escolares podem estar baseados em diferentes teorias do currículo, Silva (2001, p.17) classifica as teorias educacionais desta forma:

TEORIAS DO CURRÍCULO

TEORIAS TRADICIONAIS	TEORIAS CRÍTICAS	TEORIAS PÓS-CRÍTICAS
Ensino	Ideologia	Identidade
Aprendizagem	Reprodução Cultural e Social	Alteridade
Avaliação	Poder	Subjetividade
Didática	Classe Social	Significação e Discurso
Organização	Capitalismo	Saber-poder
Planejamento	Relações Sociais de Produção	Representação
Eficiência	Conscientização	Cultura
Objetivos	Emancipação e Liberdade	Multiculturalismo
	Currículo Oculto	Gênero, Sexualidade, Raça e Etnia
	Resistência	

Fonte: SILVA, 2001, p.17.

Dentre todos os currículos, o currículo pós-crítico se faz mais abrangente frente às necessidades da sociedade vista pelas lentes sociais e culturais, não qualificando as pessoas apenas como sujeitos de classe social, pois em conformidade com Marx, a classe social era o principal fator de opressão ou desigualdade. Todavia, muitas são as formas de um sujeito sofrer opressão, a misoginia, a homofobia e o racismo são modelos claros que retratam a desconectividade das diversas situações de exclusão com o estruturalismo de Marx.

Para Hall (1998), um dos grandes contrastes entre o olhar estruturalista/marxista que resultou na origem das Teorias Críticas do Currículo e o pós-estruturalista/foucaultiano está na centralidade do ser. Assim sendo, ele traz em cinco períodos os fatores contribuintes para o descentramento da pessoa:

- I. Herança cultural e/ou costume da perspectiva estruturalista/marxista que posiciona a pessoa dentro das edificações da sociedade moderna;
- II. Evidenciação do inconsciente através da teoria Psicanalítica de Sigmund Freud, quebrando a ideia de um ser racional cartesiano;
- III. Teoria linguística de Ferdinand de Saussure que alega: “[...] nós não somos, em nenhum sentido, os ‘autores’ das afirmações que fazemos ou dos significados que expressamos na língua [...] O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)” (HALL, 1998, p. 4041);
- IV. O poder disciplinar de Michel Foucault procurou domesticar, ou seja, melhorar o convívio social e assim flexibilizar o corpo e as questões comportamentais dos sujeitos;
- V. O feminismo proporcionou e proporciona muitas indagações, sejam políticas, culturais ou sociais sobre a maneira como os homens, mulheres, masculinos e femininos são constituídos. Permitindo discussões sobre subjetividade, identidades sexuais, gênero, orientação sexual etc.

No currículo pós-crítico "(...) cada pessoa apresenta distintos e múltiplos aspectos identitários. Essas identidades são construídas discursivamente nos processos que instituem a diferença". (FURLANI, 2016, p. 49).

Para o currículo de teorias críticas baseado em Marx o poder está no capital, ou seja, ele é central, hierarquizado e fixo. Por outro lado, na visão pós-estruturalista de Foucault, o poder é algo fluido, móvel, descentralizado e consequente das relações. Ou seja, o poder está entre as pessoas, entre cada relação, entre cada grupo social.

O entendimento de que somos seres sociais e de que existe poder em cada um desses vínculos fortalece da escolha dos currículos pós-críticos como ponto chave para o empoderamento feminino na

infância.

Faz-se precioso assegurarmos o poder central como uma forma de poder, contudo não podemos negar o poder das relações. Foucault traz ainda a expressão "poder disciplinar" que é o poder utilizado para disciplinar a mente e o corpo de um ser. Seguindo este modo de pensar,

De acordo com Furlani (2016, p.51)

"mesmo que houvesse distribuição de renda equitativa no país, que não houvesse miseráveis nem pobres, que a renda *per capita* dos/as brasileiros/as fosse uma média boa a muito boa; mesmo que toda a população fosse classe média, média alta; mesmo assim, ainda a sociedade brasileira apresentaria disputas de poder, ainda a sociedade brasileira apresentaria sujeitos subordinados por gênero, sexualidade, nacionalidade... Ainda assim a sociedade seria machista, racista, homofóbica, xenófoba...".

Nesse sentido, a educação baseada no pós-estruturalismo tem muitos benefícios para o combate e a prevenção ao desrespeito às diferenças e às diversas formas de subordinação identitária. Seguindo o fluxo de pensamento, fica entendido que o empoderamento feminino infantil adquire grande vantagem nas escolas com essa visão educacional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O empoderamento é um termo vindo da Língua Inglesa *empowerment*, substantivo do verbo *empower*, que expressa fortalecimento. Estar empoderado significa não se restringir aos modelos impostos culturalmente ou socialmente.

Segundo Baquero (2012, p. 183)

“Empoderamento, enquanto categoria, perpassa noções de democracia, direitos humanos e participação, mas não se limita a estas. É mais do que trabalhar em nível conceitual, envolve o agir, implicando processos de reflexão sobre a ação, visando a uma tomada de consciência a respeito de fatores de diferentes ordens – econômica política e cultural – que conformam a realidade, incidindo sobre o sujeito”.

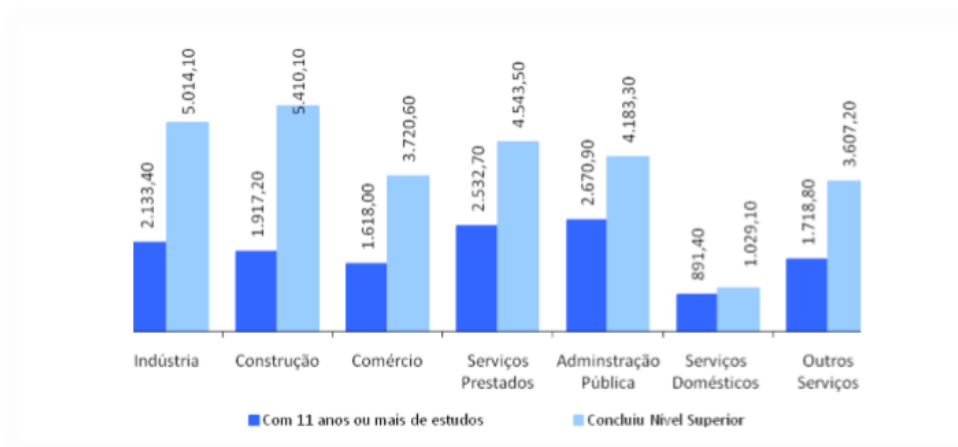
Nessa perspectiva, o empoderamento feminino tem como propósito fortalecer, dar voz, liberdade, autonomia, poder de decisão, emancipação individual, direito e confiança às mulheres, para que elas não sejam submissas ao patriarcado e, assim, mortas, desfavorecidas ou não reconhecidas nas relações de poder do cotidiano.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, cerca de 18% das mulheres brasileiras desempenhavam atividade ou trabalho remunerado no ano de 1970. Passados exatos 40 anos, em 2010, aproximadamente 53% das mulheres já tinham carteira assinada.

Tamanho avanço pode ser motivo de comemoração, porém jamais de contentamento, pois apesar de os números ampliarem, ainda há dissemelhança de 20% com relação à quantidade de homens com carteira assinada, portanto o combate pela equidade profissional entre mulheres e homens ainda é necessário.

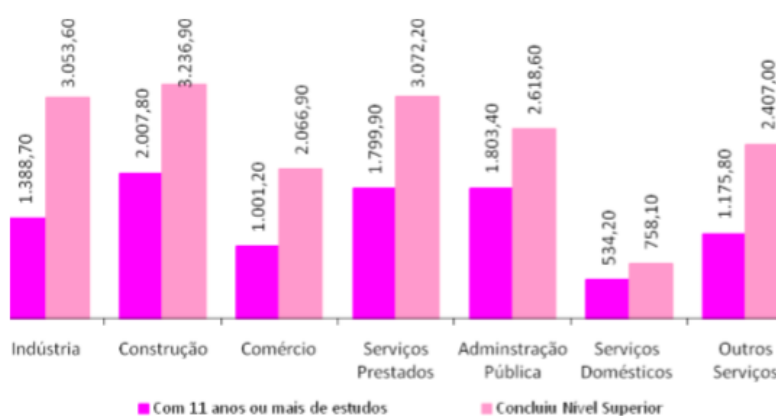
Além da equidade profissional, uma busca constante vinda do empoderamento feminino é com relação à equidade salarial. Em 2009, o IBGE publicou em seu *website* uma pesquisa sobre a mulher no mercado de trabalho. A disparidade salarial é uma das diferenças mais gritantes a serem observadas entre homens e mulheres.

Gráfico 1 – Rendimento médio habitual da população ocupada masculina, por escolaridade, segundo grupamentos de atividade – 2009*.



Fonte: IBGE (2010)

Gráfico 2 – Rendimento médio habitual da população ocupada feminina, por escolaridade, segundo os grupamentos de atividade – 2009*.



Fonte: IBGE (2010)

Ao compararmos duas pessoas que trabalham na área de administração pública, com nível superior concluído, teremos uma diferença de aproximadamente R\$1.500,00 a mais para o sexo

masculino em relação ao feminino.

Em nenhum dos setores – sendo eles, indústria, construção, comércio, serviços prestados, administração pública ou outros – existe equidade ou aproximação salarial. Em todas as áreas de trabalho analisadas há diferença gritante de rendimento médio habitual, o que não é justificado pela diferença de nível acadêmico, pois nos gráficos já há esta separação.

Após um ano da publicação do IBGE sobre os dados da mulher no mercado de trabalho, em 2010, a ONU Mulheres e o Pacto Global lançaram "Os Princípios de Empoderamento das Mulheres", tais princípios visavam à equidade de gênero e o empoderamento de mulheres dentro e fora do seu espaço profissional.

PRINCÍPIOS DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES



Fonte: ONU MULHERES (2010)

A história do empoderamento feminino no Brasil começou há algum tempo, foi em 1932, há aproximadamente 80 anos, quando o voto se tornou obrigatório para as mulheres, por conta do Decreto 21076, de 24 de fevereiro de 1932. Pouco antes, em 1917, as mulheres tiveram o direito de trabalhar no serviço público e, em 1933, 1 ano após o direito de voto, Sra. Carlota de Queiroz foi eleita como a primeira mulher deputada federal.

Em 1824, a Carta Magna Brasileira sequer considerava a atuação da mulher na sociedade. Todavia, em 1988, há quase 30 anos atrás, a nova Carta Magna veio para indicar a igualdade entre homens e mulheres. Por esta razão, todos teriam direito a licença maternidade e/ou paternidade; aposentadoria, equiparação salarial para funções similares, entre outros.

Mesmo com estímulos provindos da Carta Magna de 1988 e inclusive da ONU Mulheres e o Pacto Global, os números de 2012, do IBGE ainda mostram uma disparidade de aproximadamente 20% dos empregados com carteira assinada.

Gráfico 3 – Distribuição dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, por regiões metropolitanas, segundo o sexo (em%).

	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens							
2003	62,4	64,3	63,1	63,4	62,1	62,1	61,5
2004	62,4	63,9	63,2	63,7	62,4	62,1	61,5
2005	62,2	63,7	63,7	63,5	61,9	62,0	60,3
2006	62,2	63,8	62,6	62,5	62,4	62,3	59,5
2007	61,9	64,4	62,4	62,1	62,6	61,7	59,6
2008	61,0	63,4	63,0	62,0	62,2	59,9	59,4
2009	60,5	63,2	62,7	61,5	61,5	59,4	58,9
2010	60,1	63,7	61,3	60,6	61,1	59,2	58,4
2011	59,6	63,1	60,1	59,3	60,6	58,9	57,7
2012	58,7	61,9	59,8	57,9	60,6	57,9	56,3
Mulheres							
2003	37,7	35,7	36,9	36,6	37,9	38,0	38,6
2004	37,6	36,1	36,8	36,3	37,6	37,9	38,5
2005	37,8	36,4	36,3	36,5	38,1	38,0	39,7
2006	37,8	36,2	37,4	37,5	37,6	37,7	40,5
2007	38,1	35,6	37,6	37,9	37,4	38,3	40,4
2008	39,0	36,6	37,0	38,0	37,8	40,1	40,6
2009	39,5	36,8	37,3	38,6	38,5	40,6	41,1
2010	39,9	36,3	38,7	39,4	38,9	40,8	41,6
2011	40,5	36,9	39,9	40,7	39,4	41,1	42,3
2012	41,3	38,1	40,3	42,1	39,4	42,1	43,7

Fonte: IBGE (2012)

Conforme os dados do IBGE liberados em 2012, desde 2003 o número de mulheres com carteira assinada vem aumentando, com pequenas quedas em 2004 e 2007.

Espera-se que os dados de distribuição de empregados com carteira de trabalho assinada e de rendimento médio habitual das populações femininas e masculinas progridam a ponto de entrar em equilíbrio, refletindo assim, pouca disparidade entre sexos e alcançando então a tão esperada equidade profissional e salarial.

O trabalho pedagógico voltado ao currículo pós-estruturalista, oferece um vasto leque de oportunidades para atividades interdisciplinares, ou seja, atividades que integram diferentes áreas do conhecimento, porém visam o mesmo fim. De tal modo, cada tópico classificado por Silva (2001, p.17) pode ser adequado à determinada faixa-etária e difundido dentro de algumas disciplinas.

As teorias precedentes ao pós-estruturalismo não devem ser descartadas, pois elas portam argumentos relevantes. Logo, faz-se necessário importar os elementos de maior relevância de cada período e direcionar a favor do objetivo, neste caso, do empoderamento feminino infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como correntes feministas, o pós-estruturalismo tem como característica singular a desconstrução de ideias. As teorias pós-críticas, teorias vindas do pós-estruturalismo, trazem consigo categorias conceituais, como Multiculturalismo, Gênero, Sexualidade, Raça, Etnia, Diferença e Subjetividade, que problematizam o meio social e educacional provocando como uma de suas consequências o empoderamento feminino. Portanto, ambos conceitos de pós-estruturalismo e de

empoderamento estão diretamente relacionados e interligados

Traçando uma linha de conexão entre as teorias pós-críticas e o empoderamento feminino infantil, percebemos quantas semelhanças são possíveis de encontrar entre estes dois amplos tópicos. Ao fortalecer relações de poderes na sociedade escolar, desconstruindo discursos misóginos, sexistas e machistas, produz-se uma forte corrente feminista, empoderada a buscar seus direitos e sua equidade nos mais diversos setores.

Enxerga-se nas teorias Pós-Críticas um caminho ao fortalecimento das mulheres na sociedade, através de um currículo voltado ao entendimento da importância das diferenças na sociedade, da identidade e da subjetividade. Reforçando principalmente, o discurso de empoderamento para as crianças e adolescentes.

A intenção da desconstrução de padrões impostos pelos âmbitos culturais e sociais logo na infância, se dá pelas possibilidades de desestabilização do patriarcado, resultando assim em melhores oportunidade de emprego, nivelamento salarial justo e respeito para com as mulheres.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Márcia A.B. e GONÇALVES, Josiane P. G. **Conhecendo A Perspectiva Pós-Estruturalista: Breve Percorso De Sua História E Propostas**. Novo Hamburgo: Conhecimento Online, a. 9, v. 1, p.37, 2017.

BAQUERO, Rute V Angelo. **Empoderamento: Instrumento De Emancipação Social? – Uma Discussão Conceitual**. Porto Alegre: Revista Debates, v. 6, n. 1, p.173-187, abr. 2012.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10ª ed. São Paulo: DP&A Editora, 1998.

LOPES, Alice Casimiro. **Teorias Pós-Críticas, Política E Currículo**. Rio de Janeiro: Educação, Sociedade & Culturas, n.39, p.7-23, 2013.

_____. **Posições**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.48.

Pesquisa Mensal de Emprego. **Mulher no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp.pdf>.

Pesquisa Mensal de Emprego. **Evolução Do Emprego Com Carteira De Trabalho Assinada**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Evolucao_emprego_carteira_trabalhoassinada.pdf>.

SILVA, Tomas Tadeu da. **Documentos de identidade – uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SARDENBERG, Cecília M. B. (2006), **“Conceituando “Empoderamento” na perspectiva Feminista”**. In: I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO’, NEIM/UFBA, Salvador, Bahia, de 5-10 de junho. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>>.